



**Bloco de Esquerda**

## **Bloco de Esquerda contra fim dos reembolsos aos utentes do SNS**

Foi hoje conhecida a primeira decisão do novo ministro da saúde: o fim dos reembolsos aos beneficiários do SNS. As preocupações do ministro da saúde não se orientam para a melhoria do funcionamento do SNS e da qualidade dos serviços por ele prestados mas sim para o corte nos direitos e para a redução cega da despesa, mesmo que isso se traduza num prejuízo real para os cidadãos mais carenciados, agora privados de um apoio indispensável.

A decisão agora anunciada constitui a machadada inicial do Governo PSD/CDS no direito dos cidadãos à saúde. É esse o significado e a consequência do fim do reembolso de despesas com próteses, óculos, armações, lentes, calçado ortopédico, serviços de estomatologia e transporte.

O governo começa agora a definir aquilo que será o “plano de prestações garantidas” inscrito no seu programa – um plano de prestações mínimas, em que os cidadãos que menos têm apenas terão acesso a um pacote mínimo de cuidados de saúde. É o princípio do fim anunciado do SNS geral e universal, há muito desejado e procurado pela direita. Para este governo a saúde é um negócio e não um direito.

A circular da ACSS é clara. Desde hoje é suspenso o pagamento de todos os pedidos de reembolso, não estando prevista qualquer excepção, nomeadamente para os doentes ostomizados ou, sequer, para os que têm menos rendimentos. Esta decisão é reveladora da insensibilidade social do governo, que retira direitos sociais mas aumenta impostos, transportes e outros serviços e bens de primeira necessidade, num momento em que o desemprego e a miséria não param de crescer no país.

O Bloco de Esquerda recorda que o direito à saúde e o SNS que o garante são financiados exclusivamente pelos impostos dos portugueses. O governo não tem pois qualquer legitimidade em cortar direitos aos beneficiários do SNS.

O Bloco de Esquerda recusa a política do actual governo que substitui direitos pagos por todos os cidadãos pela dispensa de sobras, restos e esmolas, institucionalizando a caridade como política oficial do estado português.

O Bloco de Esquerda rejeita esta política de cuidados de saúde mínimos, assim como a pretensão do Governo de reduzir o SNS a uma versão assistencialista, apenas para os mais pobres, pois os ricos poderão optar por deixar de contribuir para o SNS e tratar-se apenas nos privados.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda